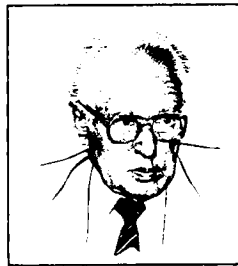


A educação e as próximas eleições

Uma característica um pouco surpreendente do sistema político brasileiro é a baixa prioridade que os políticos dão à educação. A construção de estradas, pontes, presídios, hospitais, praças públicas, etc., são temas importantes das campanhas eleitorais, mas nunca a educação recebe grande atenção dos candidatos. Uma interpretação maliciosa deste fato é que os políticos refletem os interesses dos grupos organizados da sociedade e as camadas mais pobres da população não o são. Além disso, o que precisa ser melhorada é a escola pública, porque é ela que é freqüentada pelos pobres. Os setores de maior renda colocam seus filhos nas escolas privadas e assim resolvem o seu problema, deixando o resto da população mal-atendida. São estes setores que têm poder político e, por isso, a educação popular é negligenciada.

O que é interessante em relação à educação básica, isto é, à escola pri-



As escolas são precárias, os professores são mal pagos e mal preparados

mária (dos 7 aos 14 anos), é que o acesso a ela — garantido pela Constituição — foi de fato conseguido. Este é um dos únicos dispositivos da Constituição — na área educacional — que não é utópico e foi cumprido. Cerca de 95% das crianças brasileiras vão à escola, mas o problema é que não permanecem nela por muito tempo. As escolas são precárias, os professores são mal pagos, pouco motivados e mal preparados. Além disso, a necessidade de trabalhar leva ao elevado índice de repetência e evasão, que são os principais problemas das escolas primárias no Brasil.

Para melhorar o sistema educacional seria preciso gastar nas escolas públicas pelo menos o dobro do que se gasta hoje. O governo federal não é responsável pelas escolas primárias (exceto em Brasília).

O papel do governo federal se restringe à merenda escolar, que está sendo descentralizada e entregue aos Estados, à distribuição de livros

escolares e à construção de escolas.

Quem paga os professores e a manutenção das escolas são os governos estaduais e municipais, havendo, em geral, um jogo de empurra entre eles. Nos Estados em que a educação é melhor, como Santa Catarina, a responsabilidade passou toda para os municípios, o que permite que os mais ricos paguem melhor a seus professores, ficando para o Estado o papel supletivo de ajudar os municípios mais pobres.

Esta é a direção a seguir, sobretudo com a canalização crescente de recursos federais para os municípios. A descentralização do sistema de ensino fundamental, sob a responsabilidade de Conselhos Municipais, é a prática seguida com sucesso em muitos países e a única compatível com o atual sistema tributário do Brasil, que privilegia os municípios. Além disso, nos municípios em que a população valoriza mais a educação, impostos locais poderiam ser introduzidos. Que sentido tem o governo do Estado de São Paulo pagar pelo sistema de ensino público de Ribeirão Preto, em lugar de usar seus recursos no Vale da Ribeira?

Só quem pode se opor a uma política destas são os prefeitos que se beneficiam dos recursos do Estado

para manter as escolas situadas no município e que lavam as mãos das responsabilidades pela educação. Além disso, só as corporações de professores e funcionários, que, em nome da isonomia salarial, acabaram por ficar, todos eles, mal remunerados.

Já houve uma época em São Paulo em que a prioridade foi a construção de estradas, excelente tema de promessas eleitorais e de sucesso eleitoral. Houve até um aumento do ICMS (imposto sobre mercadorias e serviços) especial para a construção de estradas aprovadas pela Assembleia Legislativa e acredito que é chegado o momento de fazer um esforço adicional pela educação.

Políticos com inclinações mais populistas e democráticas deveriam se conscientizar que este é também um filão eleitoral, mal explorado, e que uma melhor educação para seus filhos é uma aspiração profunda dos setores mais pobres da população.

É só por meio da educação que as oportunidades de trabalho melhoram, além de ser o único caminho para dar cidadania plena a toda a população.

■ José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação